

AS METAMORFOSES DO *HOMO POLITICUS**

Jean-Jacques Courtine**

*Tradução: Yara Aun Khoury****

O carisma político e religioso que aureolava o corpo do rei desvaneceu-se aos poucos; não sem produzir depois constante nostalgia. E a sacralidade dos chefes conheceu, ao longo do século XX, estranhas ressurreições, onde menos se esperava.

O final do século XX repete infinitamente e o espetáculo político contemporâneo nos dá a prova: *governar é aparecer*. O Estado terá se tornado um espetáculo, a política um *show* televisionado, a imagem dos homens públicos uma mola essencial da convicção e seus corpos uma peça indispensável à arte de governar. A história conta que um jovem presidente americano foi o primeiro a compreender, no início dos anos 60, que a política tornou-se, desde então, um negócio de sedução e que o desenvolvimento das novas mídias abria para este último horizontes inesperados. Na França, na mesma época, um velho general, portanto experiente em outras batalhas, percebeu o proveito político que poderia tirar de uma conversão dos discursos e do gestual das tribunas em eloquência televisionada. A convicção aumentou ao longo do decênio seguinte, quando um dispositivo pesado e complexo de comunicação política foi ativado. Seus especialistas, daí por diante inevitáveis, trataram, então, de reciclar o corpo dos personagens públicos: pedagogia do gesto, trabalho da voz, técnicas do sorriso, restauração generalizada das aparências. O corpo dos homens políticos, por tanto tempo mudo, pôs-se, enfim, a falar.

Os anos 80 trouxeram a confirmação desses novos poderes da aparência: um velho ator de Hollywood, uma espécie de Errol Flynn de segunda série, que costumava esquecer seu texto ou titubear, soube fazer a América adormecida cair diante do charme da imagem familiar e cotidiana de um piscar de olho, de uma brincadeira ou de uma foto familiar. Os anos 90 transformaram essa convicção em certeza: uma imagem, um gesto valem mil

palavras. As novas democracias do Leste tentam abandonar seus arcaísmos oratórios para se conformar aos códigos de se vestir e aos rituais corporais que reinam sobre a esfera pública ocidental; um imperador das mídias forja para si, em poucos meses, uma aparência política e se apodera cavalheirescamente de um poder que se tornou vazio. O espetáculo do corpo parece bem dominar a vida política.

Certamente, não se deve minimizar a importância das transformações que se produziram na cena política contemporânea, da qual a televisão constitui o agente mais visível. Mas a relação entre corpo e poder no campo político é de outra maneira complexa e paradoxal quando a inscrevemos numa história de longa duração. Assim, não foi a mídia política atual que inaugurou a era do Estado espetáculo. A arte de governar sempre soube tirar proveito da aparência, usar o corpo para fins políticos, e reconheceu essa necessidade na origem da reflexão moderna sobre o Estado: “não é, pois, necessário a um príncipe ter todas as qualidades, mas somente parecer tê-las”, assim estipula Maquiavel em *O Príncipe*. “Como parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso; e sê-lo, retendo, no entanto, em seu espírito o fato de que, se for necessário não sê-lo mais, que você possa e saiba fazer uso do contrário.”

Governar sempre foi, e continua a ser, saber mostrar. A encenação política não é hoje mais ilusória do que aquela da qual Versalhes constituía o faustoso teatro. A expressão Estado espetáculo convém, aliás, mais ao século de Luís XIV do que ao século XX, que é, sobretudo, o do indivíduo espetáculo. Se as luzes do espetáculo político jamais se apagaram, os homens, as aparências, os olhares mudaram. Mas, também, a maneira pela qual o poder político que se encarnava sob o Antigo Regime no corpo do rei veste hoje a pessoa física dos que nos governam.

Ernest Kantorowicz, em um livro célebre¹, soube analisar os fundamentos teológicos e políticos da ascendência que a pessoa real exercia sobre seus súditos. “O Rei está morto! Viva o Rei!”, exclamava-se, sob o Antigo Regime, quando se anunciava a morte do soberano. Porque o corpo do rei é duplo, ao mesmo tempo mortal e imortal, visível e invisível, individual e coletivo. O corpo simbólico e eterno da realeza, que se encarna no corpo físico e perecível do rei, sobreviverá sobre ele. Essa imagem do duplo corpo do rei, fundamentada sobre aquela de Cristo, sela a unidade orgânica, política e religiosa do reinado. Seu peso simbólico é considerável: corpo sagrado, taumaturgo, sobre o qual ninguém pode pôr a mão, nem mesmo o olhar, impunemente. Essas concepções marcam o corpo físico do rei como um selo; elas cunharam nele o sinal da majestade. Essa radiação da pessoa real, feito de impassibilidade, de distância, de respeitosa fascínio, chegou a sua maior intensidade sob o reinado de Luís XIV. Encenação em inumeráveis rituais, supunha um trabalho das aparências em que o rei jamais improvisava alguma coisa. “Jamais nada fora do lugar

ou improvisado diante do povo”, assim nos confia Saint-Simon em suas *Mémoires*. “Mas até no mínimo gesto, seu andar, seu porte, toda sua continência, tudo calculado (...). O que o tornou admirável é que ele se sustentava por inteiro.”

Toma-se, assim, a medida da ruptura simbólica que a revolução democrática operou na França: quando a cabeça do rei cai, é o corpo político inteiro que se desfaz. O poder aparece, então, analisa Claude Lefort, em *l’Invention Démocratique*, como “um lugar vazio e, aqueles que o exercem, como simples mortais que só o ocupam temporariamente”. Um corpo social indeterminado, dividido pelas opiniões, ameaçado pelo número, tendo apenas em sua mente homens comuns: eis a imagem da sociedade como corpo, que é aquela das democráticas. O corpo do presidente não se confunde mais, portanto, com o da República: a democracia política foi a cena perturbada de uma dessacralização progressiva do corpo daqueles que a dirigem. O carisma político e religioso que aureolava o corpo do rei foi aos poucos se desvanecendo, não sem produzir, desde então, incessantes nostalgias: o desejo recorrente de império e de restaurações reais que atravessou o século XIX; o gosto político pelos comandantes de guerra, homens fortes ou providenciais, que carregam em sua pessoa um certo perfume de Antigo Regime; ou mesmo esse apetite popular aparentemente inesgotável pelos romances *kitsch* de reinados de opereta. Mas a sacralidade dos chefes conheceu ao longo do século XX estranhas ressurreições, onde menos se esperava.

Em 21 de janeiro falece Vladimir Illitch Oulianov. A União Soviética inteira fica imediatamente de luto. Enquanto era vivo, os progressos de sua doença permaneceram secretos. A partir de sua morte, seu corpo seria, ao contrário, objeto de um relatório público de autópsia extremamente detalhado. Os regimes autoritários são especialistas na gestão das agonias e da exposição dos cadáveres. O cérebro de Lenin (1340g) trazia, diz-se, as marcas de uma hemorragia cerebral, conseqüência fatal da arteriosclerose à qual havia sucumbido. Mas era também sinal do combate heróico que o dirigente operário tinha realizado contra a morte, servindo as lutas proletárias. Um mártir da causa popular, fuzilado pela doença. Um sacrifício semelhante ao dos príncipes sagrados, defensores do povo, outrora sacrificados e objetos de culto popular na Santa Rússia. A esses santos guerreiros, mortos como Cristo, a tradição reconhecia o *status* de protetores eternos das terras e das pessoas. Seu corpo, dizia-se, permanecia incorruptível para além da morte, e suas relíquias atraíam a multidão de peregrinos. O dispositivo já estava pronto, na antiga base das mentalidades, para a canonização do camarada Lenin.

Tumarkin retraça as etapas no seu *Lenin Lives!*.² Foi, então, que vimos se produzir uma miraculosa ressurreição. “E quando Illitch desapareceu, nós tivemos ainda Lenin. Essa metamorfose aconteceu imperceptivelmente diante de nossos olhos”, revelou a Pravda. “E sua cor é amarelo pálido; ele está calmo, é grande até mesmo em seu caixão; mesmo em

silêncio, ele continua a fazer aquilo a que havia consagrado sua vida: organiza, reúne, chama o povo mais e mais para a luta”, precisamente os *Izvestia*, em 27 de janeiro. “Lenin morreu, mas o leninismo que se enraizou em mim, na classe operária inteira, está muito vivo! Ele está vivo camaradas! Para nós, Lenin não está morto!”, retomavam em coro as crianças das escolas.

O Camarada tinha dois corpos. Astúcia da história: é nas representações das monarquias de direito divino que a pátria dos proletários irá procurar um modelo de encarnação do poder no corpo. Não mais o vazio político, não mais o receio da desordem quando há uma vacância do poder: Stalin, que já havia compreendido o proveito político que poderia tirar para fazer calar os vivos, logo adivinhou aquele que poderia empregar para fazer falar os mortos. Foi preciso, então, ir mais além: a “Comissão dos funerais” foi imediatamente rebatisada “Comissão para a imortalização de V. I. Oulianov”. O tempo urgia: indiferente, com efeito, à antiga tradição ortodoxa, o cadáver apresentava inquietantes sinais de decomposição. Pôs-se em marcha um projeto de mumificação, concebeu-se um sarcófago de vidro refrigerado e a ciência soviética confeccionou a múmia. Restava a questão do mausoléu, onde afluiriam os camaradas peregrinos. A pirâmide não estando mais disponível, ele teria a forma de um cubo, argumentou Malevitch. Porque “o cubo não é mais um corpo geométrico. É um objeto novo com o qual tentamos representar a eternidade (...), com o qual podemos manter a vida eterna de Lenin, e vencer a morte”.

Fundir num só corpo, eterno e sagrado, o poder, o Partido, o proletariado, todo o povo: a tentação totalitária quer conjurar a ameaça de indeterminação, de divisão, o temor de um desmembramento do corpo social que persegue a experiência democrática. “A partir da democracia e contra ela se refaz, assim, o corpo”, sugere Claude Lefort. Porque a esfera pública dos democratas ocidentais conheceu, ao mesmo tempo, uma lenta dessacralização e uma psicologização contínua.

Eis o exemplo americano: vêm-se, ao longo do século XIX, as sensibilidades em relação à palavra pública se transformarem profundamente, e novos estilos de eloquência verbal e corporal aparecerem nos homens políticos. A grandiloquência retórica, a ênfase gestual aos poucos se apagam nos discursos. Um estilo dialogado, familiar, feito de conversa comum e tecido de gestos cotidianos tende a substituí-lo. Assim, um de seus contemporâneos podia notar a respeito de Abraham Lincoln: “Pode ser que a qualidade que mais subitamente surpreendia era a constante simplicidade de seus modos e de sua conversa, sem formalidade nem cerimônia, que ultrapassou aquelas que acontecem entre vizinhos”. Desencantamento do político: o poder é um lugar vazio, ocupado fisicamente por homens comuns. Foram, então, se produzindo aos poucos formas de um carisma secular, reflexo da nivelção progressiva das condições, numa sociedade de massa. Quando a mensagem

política deixou de ser percebida como a expressão de uma vontade divina, ou carregada de sentido por uma ordem política e social transcendente, forjou-se uma nova legitimidade, a dimensão individual, psicológica das aparências e dos sentimentos. Eis o que Richard Sennett³ chamou “as tiranias da intimidade”: toda a vida pública é absorvida no espetáculo do eu; crenças e convicções repousam, cada vez mais, na percepção da sinceridade do homem público, encenada pela fisionomia.

Entendemos que as mídias modernas puderam reforçar e acelerar, consideravelmente, o desenvolvimento desses usos públicos da intimidade que, no entanto, já existiam anteriormente a eles. E que o corpo, o rosto, o gesto, a expressão tenham se tornado objetos essenciais do espetáculo político. Só podemos evocar aqui, para terminar, a história complexa das transformações desse espetáculo que as tecnologias de comunicação de massa provocaram. O rádio, o cinema, depois a televisão, operaram uma aproximação contínua do olhar coletivo que escrutina as figuras públicas. Todos os dados da interlocução política foram modificados; os públicos, as encenações, os registros retóricos, vocais, gestuais foram profundamente transformados. A televisão, levando a visibilidade dos corpos a um paroxismo, aumentou consideravelmente a psicologização da esfera pública. E ela, sem dúvida, querendo abolir a intransponível distância que outrora separava o soberano e seus súditos, dotou a aparência de novos poderes, abriu um horizonte inédito para a sedução de massa. Mas ela também consagrou a banalidade dos homens, a trivialidade dos propósitos, a futilidade dos sorrisos, a transitoriedade das famas, a natureza efêmera dos destinos políticos nos regimes democráticos.

A esse respeito, não existe figura mais emblemática do que a de J. F. Kennedy: a televisão foi testemunha e agente privilegiado de sua glória precoce, como de seu fim trágico. Desde então, sua história nos lembra que, na era democrática, governar é, também, desaparecer.

Tradução autorizada em 10 de abril de 2002

Notas

¹ Texto publicado em *Le Nouvel Observateur*, n. 21, “Le triomphe du corps”, pp. 56-58, 1994.

² Jean-Jacques Courtine, linguísta de formação, vive nos Estados Unidos desde 1988, onde é professor de História Cultural na Universidade da Califórnia. Publicou com Claudine Haroche *Histoire du visage* (Rivages, 1988).

³ Professora do Departamento e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da PUC-SP.

⁴ KANTOROWICZ, E. *The King's Two Bodies*. Princeton, Princeton University Press, 1957.

⁵ TUMARKIN. *Lenin lives!* Cambridge. Harvard University Press, 1983.

⁶ SENNETT, R. *The Fall of Public Man*. Nova York, Knoff, 1977.